

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Instituição, da Natureza e Finalidade da Associação de Pais e Mestres

SEÇÃO I

Da Instituição

ARTIGO 1º

A Associação de Pais e Mestres da EE Dr. Carlos Sampaio Filho, fundada em data de 12/07/1977 é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, designada simplesmente APM, com sede e foro na Praça Dr. Carlos Sampaio Filho nº 40, da cidade de Penápolis – Estado de São Paulo, reger-se-á pelas presentes normas estatutárias.

SEÇÃO II

Da Natureza e Finalidade

ARTIGO 2º

A APM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

ARTIGO 3º

A APM, entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidade lucrativas.

ARTIGO 4º

Para a consecução dos fins a que se referem os artigos anteriores, a APM se propõe a:

I – colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II – representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola;

III – mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam:

a)- melhoria do ensino;

b)- o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas socioeconômicas e de saúde;

c)- a conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;

d)- a programação de atividades culturais e de lazer que envolva a participação conjunta de pais, professores e alunos;

e)- a execução de pequenas obras de construção em prédios escolares, que deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

IV – colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos, ampliando-se o conceito de escola como “Casa de Ensino” para “Centro de Atividades Comunitárias”;

V – favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

a)- aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;

b)- aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.

ARTIGO 5º

As atividades a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos especificados nos incisos do artigo anterior, deverão estar previstas em um Plano Anual de Trabalho elaborado pela APM e integrado no Plano Escolar.

SEÇÃO III **Dos Meios e Recursos**

ARTIGO 6º

Os meios e recursos para atender os objetivos da APM, serão obtidos através de:

I – contribuição dos associados;

II – convênios;

III – subvenções diversas;

IV – doações;

V – promoções diversas;

§ 1º - Os recursos financeiros mencionados neste Artigo serão depositados nas agências do Banco do Brasil, em conta vinculada à Associação de Pais e Mestres, e movimentados por meio de cheques nominais assinados em conjunto pelo Diretor Executivo e Diretor Financeiro, ou por meio eletrônico através de cartão magnético. *(OBSERVAÇÃO: Nova Redação introduzida pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018)*

§ 2º – Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivarem-se por meio eletrônico, inclusive por cartão magnético, ficam autorizados o Diretor Executivo e o Diretor Financeiro, de forma individual e isolada, a efetuar todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores, tais como realização de pagamentos, transferências e saques, bem como emissão de extratos. *(OBSERVAÇÃO: Nova Redação introduzida pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018).*

ARTIGO 7º

A contribuição a que se refere o inciso I do artigo anterior será sempre facultativa.

§ 1º - O caráter facultativo das contribuições não isenta os associados do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperar para a constituição do fundo financeiro da Associação.

§ 2º - No início de cada ano letivo e após haver encerrado o período de matrículas, previsto no calendário escolar, serão fixadas a forma e a época para a campanha de arrecadação das contribuições dos associados.

(OBSERVAÇÃO: Revogados os parágrafos 3º e 4º pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018).

ARTIGO 8º

A aplicação dos recursos financeiros constará do Plano Anual de Trabalho da APM.

Parágrafo Único – A assistência ao escolar será sempre o setor prioritário da aplicação de recursos, excluindo-se aqueles vinculados a convênios.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

CAPÍTULO II

Dos Associados, seus Direitos e Deveres

SEÇÃO I

Dos Associados

ARTIGO 9º

O quadro social da APM, constituído por número ilimitado de associados, será composto de:

- I – associados natos;
- II – associados admitidos;
- III – associados honorários.

§ 1º - Serão associados natos o Diretor de Escola, o Vice Diretor, os professores e demais integrantes dos núcleos de apoio técnico-pedagógico e administrativo da escola, os pais de alunos e os alunos maiores de 18 anos, desde que concordes.

§ 2º - Serão associados admitidos os pais de ex-alunos, os ex-alunos maiores de 18 anos, os ex-professores e demais membros da comunidade, desde que concordes e aceitos conforme as normas estatutárias.

§ 3º - Serão considerados associados honorários, a critério do Conselho Deliberativo, aqueles que tenham prestado relevantes serviços à Educação e a APM.

SEÇÃO II

Dos Direitos e Deveres

ARTIGO 10

Constituem direitos dos associados:

- I – apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos vários órgãos da APM;
- II – receber informações sobre a orientação pedagógica da escola e o ensino ministrado aos educandos;
- III – participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas organizadas pela APM;
- IV – votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- V – solicitar, quando em Assembléia Geral, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da APM;
- VI – apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro social;
- VII – demitir-se quando julgar conveniente, protocolando junto à Secretaria da APM seu pedido de demissão.

ARTIGO 11

Constituem deveres dos Associados:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

I – defender, por atos e palavras, o bom nome da Escola e da APM;

II – conhecer o Estatuto da APM;

III – participar das reuniões para as quais foram convocados;

IV – desempenhar, responsabilmente, os cargos e as missões que lhes forem confiados;

V – concorrer para estreitar as relações de amizade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária na escola;

VI – cooperar, dentro de suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da APM;

VII – prestar à APM, serviços gerais ou de sua especialidade profissional, dentro e conforme suas possibilidades;

VIII – zelar pela conservação e manutenção do prédio, da área do terreno e equipamentos escolares;

IX – responsabilizar-se pelo uso do prédio, de suas dependências e equipamentos, quando encarregados diretos da execução de atividades programadas pela APM.

ARTIGO 12

A exclusão do associado do quadro social só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa perante a DIRETORIA EXECUTIVA e dê recurso para o CONSELHO DELIBERATIVO, que se reunirá em sessão extraordinária para apreciar o fato.

§ 1º - O associado será cientificado, por escrito e pessoalmente, dos fatos que lhes são imputados e das consequências a que estará sujeito, para, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer defesa e indicar, justificadamente, as provas que pretender produzir, cuja pertinência será aferida, de forma motivada, pela Diretoria Executiva.

§ 2º - Decorrido in albis o prazo previsto no parágrafo anterior, ou produzidas às provas deferidas pela Diretoria Executiva, será o associado notificado, pessoalmente, para oferecer suas razões finais, no prazo de 07 (sete) dias, dirigidas à Diretoria Executiva, que decidirá, motivadamente, no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando a decisão ao Conselho Deliberativo.

§ 3º - Intimado o associado, pessoalmente, da decisão, poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido ao Conselho Deliberativo, que decidirá de maneira motivada, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 4º - Os prazos para a apresentação de defesa, razões finais e interposição do recurso serão contados por dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 5º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento ocorrer em sábado, domingo ou feriado.

§ 6º - Os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a intimação.

CAPÍTULO III **Da Administração**

SEÇÃO I **Dos Órgãos Diretores**

ARTIGO 13

A APM será administrada pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;

II – Conselho Deliberativo;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

III – Diretoria Executiva;
IV – Conselho Fiscal

ARTIGO 14

A Assembléia Geral será constituída pela totalidade dos associados.

§ 1º - A Assembléia será convocada e presidida pelo Diretor da Escola;

§ 2º - A Assembléia realizar-se-á, em 1ª convocação, com a presença de mais da metade dos associados ou, em 2ª convocação, meia hora depois, com qualquer número;

§ 3º - Para as deliberações é exigido voto concorde da maioria dos presentes à Assembléia.

ARTIGO 15

Cabe à Assembléia Geral:

I – eleger e destituir membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

II – apreciar o balanço anual e os balancetes semestrais, com o parecer do Conselho Fiscal e aprovar as contas;

III – propor e aprovar a época e a forma das contribuições dos associados, obedecendo ao que dispõe o artigo 7º do presente Estatuto;

IV – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez cada semestre;

V – reunir-se, extraordinariamente, convocada pelo Diretor da Escola ou por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo ou por 1/5 (um quinto) dos associados;

VI – destituir os administradores eleitos;

VII – Deliberar sobre a alteração do estatuto.

Parágrafo Único – A destituição de administradores e a alteração do Estatuto serão deliberadas em Assembléia Geral convocada especialmente para tais fins.

ARTIGO 16

O Conselho Deliberativo será constituído de, no mínimo, 11 (onze) membros.

§ 1º - O Diretor da Escola será o seu presidente nato;

§ 2º - Os demais componentes, eleitos em Assembléia Geral, obedecerão a proporções assim estabelecidas:

a)- 30% dos membros serão professores;

b)- 40% dos membros serão pais de alunos;

c)- 20% dos membros serão alunos maiores de 18 anos;

d)- 10% dos membros serão associados admitidos.

§ 3º - Não sendo atingidas as proporções enumeradas nas alíneas “c” e “d” do parágrafo anterior, as vagas serão preenchidas, respectivamente, por elementos da escola e pais de alunos, na proporção fixada no parágrafo anterior.

ARTIGO 17

Cabe ao Conselho Deliberativo:

I – divulgar a todos os associados os nomes dos eleitos na forma do artigo 15, inciso I, bem como as normas do presente estatuto, para conhecimento geral;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

II – deliberar sobre o disposto no artigo 4º, no inciso IV do artigo 32 e artigo 44;

III – aprovar o Plano Anual de Trabalho e o Plano de Aplicação de Recursos;

IV – participar do Conselho de Escola, através de um de seus membros, que deverá ser, obrigatoriamente, pai de aluno;

V – realizar estudos e emitir pareceres sobre questões omissas no Estatuto, submetendo-o à apreciação dos órgãos superiores da Secretaria da Educação;

VI – emitir parecer sobre as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, submetendo-as à apreciação da Assembléia Geral;

VII – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, a critério de seu Presidente ou de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo Único – As decisões do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta (1ª convocação) ou maioria simples (2ª convocação) de seus membros.

ARTIGO 18

Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:

I – convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo;

II – indicar um secretário, dentre os membros do Conselho Deliberativo;

III – informar os conselheiros sobre as necessidades da escola e dos alunos.

ARTIGO 19

O mandato dos conselheiros será de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução por mais duas vezes.

Parágrafo Único – Perderá o mandato o membro do Conselho Deliberativo que faltar a duas reuniões consecutivas, sem causa justificada.

ARTIGO 20

A Diretoria Executiva da APM será composta de:

I – Diretor Executivo

II – Vice Diretor Executivo

III – Secretário

IV – Diretor Financeiro

V – Vice Diretor Financeiro

VI – Diretor Cultural

VII – Diretor de Esportes

VIII – Diretor Social

IX – Diretor de Patrimônio

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

§ 1º - Cada Diretor poderá acumular até duas Diretorias, com exceção dos cargos discriminados nos itens I, II, III, IV e V.

§ 2º - É vedada a indicação de alunos, para comporem a Diretoria Executiva.

ARTIGO 21

Cabe à Diretoria Executiva:

- I – elaborar o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- II – colocar em execução o Plano aprovado e mencionado no inciso anterior;
- III – dar à Assembléia Geral conhecimento sobre:
 - a)- as diretrizes que norteiam a ação pedagógica da escola;
 - b)- as normas estatutárias que regem a APM;
 - c)- as atividades desenvolvidas pela Associação;
 - d)- a programação e aplicação dos recursos do fundo financeiro.
- IV – elaborar normas para concessão de auxílios diversos a alunos carentes;
- V – depositar em conta da APM, em estabelecimento de crédito oficial, todos os valores recebidos;
- VI – tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, submetendo-as ao “referendo” do Conselho Deliberativo;
- VII – reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, a critério de seu Diretor Executivo ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

ARTIGO 22

Compete ao Diretor Executivo:

- I – representar a APM ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – convocar as reuniões da Diretoria Executiva, presidindo-as;
- III – fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
- IV – apresentar ao Conselho Deliberativo relatório semestral das atividades da Diretoria;
- V – admitir e/ou dispensar pessoal de seu quadro, obedecidas às decisões do Conselho Deliberativo;
- VI – movimentar, em conjunto com o Diretor Financeiro, no caso de cheques, ou individualmente, quando utilizado meio eletrônico, inclusive cartão magnético, os recursos financeiros da APM; *(OBSERVAÇÃO: Nova Redação introduzida pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018).*
- VII – visar as contas a serem pagas;
- VIII – submeter os balancetes semestrais e o balanço anual ao Conselho Deliberativo e Assembleia Geral, após apreciação escrita do Conselho Fiscal;
- IX – rubricar e publicar em quadro próprio da APM, os balancetes semestrais e o balanço anual.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

ARTIGO 23

Compete ao Vice Diretor Executivo auxiliar o Diretor Executivo e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

ARTIGO 24

Compete ao Secretário:

- I – lavrar as atas das reuniões e Assembleias Gerais;
- II – redigir circulares e relatórios e encarregar-se da correspondência social;
- III – assessorar o Diretor Executivo nas matérias de interesse da APM;
- IV – organizar e zelar pela conservação do arquivo da APM;
- V – organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da APM.

ARTIGO 25

Compete ao Diretor Financeiro:

- I – subscrever com o Diretor Executivo os cheques da conta bancária da APM;
- II – movimentar, em conjunto com o Diretor Executivo, no caso de cheques, ou individualmente, quando utilizado meio eletrônico, inclusive cartão magnético, os recursos financeiros da APM;
(OBSERVAÇÃO: Nova Redação introduzida pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018).
- III – apresentar ao Diretor Executivo os balancetes semestrais e o balanço anual, acompanhado dos documentos comprobatórios de receita e despesa;
- IV – informar os órgãos diretores da APM sobre a situação financeira da APM;
- V – promover concorrência de preços, quanto aos serviços e materiais adquiridos pela APM;
- VI – arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APM, apresentando-os para elaboração da escrituração contábil.

ARTIGO 26

São elegíveis para o cargo de Diretor Financeiro os associados a que se refere o inciso I do artigo 9º, excetuado o Diretor de Escola e os alunos, conforme § 2º do artigo 20 deste estatuto.
(OBSERVAÇÃO: Nova Redação introduzida pelo Decreto nº 63.891, de 05/12/2018).

ARTIGO 27

Compete ao Vice Diretor Financeiro auxiliar o Diretor Financeiro e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

ARTIGO 28

Cabe ao Diretor Cultural promover a integração escola-comunidade através de atividades culturais.
Parágrafo Único – O Diretor Cultural poderá ser assessorado, conforme as atividades a serem desenvolvidas, pelos professores da Escola.

ARTIGO 29

Cabe ao Diretor de Esportes promover a integração escola-comunidade através de atividades esportivas.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

Parágrafo Único – O Diretor de Esportes poderá ser assessorado pelos professores da Escola.

ARTIGO 30

Cabe ao Diretor Social promover a integração escola-comunidade através de atividades sociais e de assistência ao aluno e à comunidade.

§ 1º - O Diretor Social poderá ser assessorado pelos membros do Conselho da Escola.

§ 2º - Serão prioritárias as atividades de assistência ao aluno.

ARTIGO 31

Cabe ao Diretor de Patrimônio manter entendimentos com a Direção da Escola no que se refere à:

- I – aquisição de materiais, inclusive didático;
- II – manutenção e conservação do prédio e de equipamento;
- III – supervisão de serviços contratados.

Parágrafo Único – O Diretor de Patrimônio poderá ser assessorado pelos membros do Conselho da Escola.

ARTIGO 32

Os Diretores terão, ainda, por função:

- I – comparecer às reuniões da Diretoria, discutindo e votando;
- II – estabelecer contato com outras APM's ou entidades oficiais e particulares;
- III – constituir comissões auxiliares com vistas à descentralização de suas atividades;
- IV – elaborar contratos e celebrar convênios com a aprovação do Conselho Deliberativo.

ARTIGO 33

O mandato de cada Diretor será de 1 (um) ano, sendo permitida sua recondução, mais uma vez para o mesmo cargo.

§ 1º - Perderá o mandato o membro da Diretoria que faltar a três reuniões consecutivas, sem causa justificada.

§ 2º - No caso de impedimento ou substituição de qualquer membro da Diretoria, o Conselho Deliberativo tomará as devidas providências.

ARTIGO 34

O Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) elementos, sendo 2 (dois) pais de alunos e 1 (um) representante do quadro administrativo ou docente da Escola, tem por atribuição:

- I – verificar os balancetes semestrais e balanços anuais apresentados pela Diretoria, emitindo parecer por escrito;
- II – assessorar a Diretoria na elaboração do Plano Anual de Trabalho na parte referente à aplicação de recursos;
- III – examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Diretoria Financeira;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

IV – dar parecer, a pedido da Diretoria ou Conselho Deliberativo sobre resoluções que afetem as finanças da APM;

V – solicitar ao Conselho Deliberativo, se necessário, a contratação de serviços de auditoria contábil.

Parágrafo Único – O mandato dos Conselheiros será de um ano, sendo permitida a reeleição por mais uma vez.

ARTIGO 35

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros ou da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO IV

Da Intervenção

ARTIGO 36

Sempre que as atividades da APM venham a contrariar as finalidades definidas neste Estatuto ou a ferir a legislação vigente, poderá haver intervenção, mediante solicitação da Direção da Escola ou de membros da Associação, às autoridades competentes.

§ 1º - O processo regular de apuração dos fatos será feito pelos órgãos do Sistema de Ensino e/ou pelo Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas, da Secretaria da Educação.

§ 2º - A intervenção será determinada pelo Secretário da Educação.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

ARTIGO 37

O Diretor da Escola poderá participar das reuniões da Diretoria Executiva, intervindo nos debates, prestando orientação ou esclarecimento, ou fazendo registrar em atas seus pontos de vista, mas sem direito a voto.

ARTIGO 38

É vedado aos Conselheiros e Diretores:

I – receber qualquer tipo de remuneração;

II – estabelecer relações contratuais com a APM.

ARTIGO 39

Ocorrida a vacância de cargos do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, o preenchimento dos mesmos processar-se-á por decisão dos membros do respectivo órgão deliberativo que se reunirá para este fim.

Parágrafo Único – O preenchimento a que se refere este artigo visa tão somente à conclusão de mandato da vaga ocorrida.

ARTIGO 40

Serão afixados em quadro de avisos, os planos de atividades, notícias e atividades da APM, convites, convocações.

ARTIGO 41

O balanço anual será submetido à apreciação do Conselho Fiscal, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, até 10 (dez) dias antes da convocação da Assembléia Geral.

ARTIGO 42

O Edital de convocação da Assembléia Geral, com cinco dias de antecedência da reunião, conterà:

a)- dia, local e hora da 1ª e 2ª convocações;

b)- ordem do dia.

§ 1º - Além de ser afixado no quadro de avisos da escola, será obrigatório o envio de circular aos associados.

§2º - A convocação da Assembléia Geral e dos demais órgãos deliberativos dar-se-á na forma deste estatuto, garantindo a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

ARTIGO 43

No exercício de suas atribuições, a APM manterá rigoroso respeito às disposições legais, de modo a assegurar a observância dos princípios fundamentais que norteiam a filosofia e política educacionais do Estado.

Parágrafo Único - Cabe ao Supervisor de Ensino acompanhar as atividades da APM, para garantir o disposto neste artigo.

ARTIGO 44

Cabe à APM a administração direta ou indireta, da cantina escolar e outros órgãos existentes na escola, geradores de recursos financeiros.

Parágrafo Único – O funcionamento dos órgãos referidos neste artigo deverá obedecer às normas estabelecidas pela Secretaria da Educação.

ARTIGO 45

Os bens permanentes doados à APM ou por ela adquiridos serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o seu patrimônio.

Parágrafo Único – Os bens adquiridos com recursos públicos deverão ser transferidos para integrar o patrimônio do estabelecimento de ensino.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DR. CARLOS SAMPAIO FILHO
Praça Dr. Carlos Sampaio Filho, nº 40 – Centro – Penápolis – SP.
CEP: 16300-019 – Tel: (18) 3652-1362 – 3652-5518 –
Email: e030314a@educacao.sp.gov.br - CNPJ: 48.425.094/0001-77

ARTIGO 46

A APM terá prazo indeterminado de duração e somente poderá ser dissolvida, por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, obedecidas as disposições legais.

Parágrafo Único – A APM poderá ser extinta nas hipóteses abaixo indicadas:

1. desativação da Unidade Escolar;
2. Transferência da Unidade Escolar para o município.

ARTIGO 47

Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da APM.

ARTIGO 48

Em caso de dissolução, os bens da APM passarão a integrar o patrimônio do estabelecimento de ensino respectivo, obedecida a legislação vigente.

ARTIGO 49

O resultado de deliberação da Assembléia Geral, que tiver por objeto proposta de alteração deste estatuto, será encaminhado à Secretaria da Educação para apreciação e, se for o caso, atendimento do disposto no artigo 2º da Lei 1.490, de 12 de dezembro de 1977.

Parágrafo Único – O presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, inclusive no tocante à administração, mediante deliberação em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para tal finalidade, cujo quórum obedecerá ao disposto no artigo 14, parágrafos segundo e terceiro.

Penápolis, 19 de Dezembro de 2018.

Sandra Regina Herrero Gomes
Diretor Executivo
RG. 23.311.669-2

Dra Victória de Mello Pamplona
OAB/SP – Nº 396.017

OBS: Versão conferida e admitida no Registro Civil de Pessoa Jurídica, ou seja, se fizer o seu igualzinho, mudando apenas os dados específicos da sua APM, será aceito no Cartório, sem mais delongas.

A visualização deste documento foi autorizada pelo Sr. Herácio Aparecido de Souza, Secretário da Escola respectiva.

Por favor, não altere as configurações de margens da página.